

EDUCAÇÃO DA CIDADANIA COMO MECANISMO DE (RE) CONSTRUÇÃO DE VALORES ÉTICOS E EMPODERAMENTO DAS MULHERES AMAZÔNIDAS

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta a experiência do projeto “EDUCAÇÃO DA CIDADANIA COMO MECANISMO DE (RE) CONSTRUÇÃO DE VALORES ÉTICOS E EMPODERAMENTO DAS MULHERES AMAZÔNIDAS”. As ações do referido projeto tiveram como alvo discentes da UNIFESSPA, agentes públicos municipais e sociedade em geral. As palestras foram promovidas por professores vinculados a instituições de ensino pública e privada e palestrantes de órgãos estaduais – Tribunal de Contas do Estado do Pará e Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás. As palestras exploraram a influência dos valores éticos na formação da cidadania e sua interação com a educação. Seguindo uma abordagem teórica que considera a relação entre os valores éticos de um indivíduo e seu comportamento social, examinaram como o quadro de valores éticos de uma pessoa pode influenciar e restringir suas ações na sociedade.

Como destacado por Almeida (2007), os valores éticos de um indivíduo desempenham um papel crucial na maneira como percebem e respondem às questões de direitos e deveres como cidadãos. Acredita-se que o nível de desenvolvimento ético de um indivíduo esteja ligado à sua orientação social e ao cumprimento de suas responsabilidades cívicas.

A educação da cidadania emerge como um elemento fundamental nesse processo, alinhada à matriz teórica predominante na construção da sociedade. Conforme discutido por Almeida (2021), essa forma de educação enfatiza valores democráticos, incentiva o pensamento crítico e promove o respeito à diversidade, contribuindo assim para o desenvolvimento de cidadãos conscientes e engajados.

No contexto brasileiro, a Constituição Federal de 1988 estabelece a educação como um direito social e destaca sua relação intrínseca com a cidadania (Brasil, 1988). A educação tem como objetivo possibilitar que os indivíduos exerçam plenamente seus direitos civis e participem ativamente da vida em sociedade.

A construção da cidadania, portanto, envolve não apenas o reconhecimento e o cumprimento de direitos e deveres, mas também a integração dos indivíduos na dinâmica social de forma colaborativa. Como argumentado por Rodrigues Neto, Nozu e Rocha (2019), a educação desempenha um papel fundamental nesse processo, contribuindo para o desenvolvimento da personalidade e para a compreensão do papel de cada indivíduo na comunidade.

A cidadania, conforme discutido por Lafer (1988), implica o direito de desfrutar de direitos iguais e participar ativamente da vida pública. Isso requer acesso a espaços públicos e o reconhecimento da dignidade e dos direitos humanos de todos os membros da sociedade.

Ao longo de sua pesquisa, observaram que a formação do cidadão é influenciada por diversos ambientes, nos quais são proporcionadas oportunidades para a construção autônoma do conhecimento. Conforme enfatizado por Grossi e Leal (2020), esses ambientes facilitam a troca de ideias e o exercício da democracia, permitindo que os indivíduos desenvolvam suas habilidades sociais e éticas.

A educação cidadã desempenha um papel crucial na capacitação dos jovens para tomar decisões informadas e participar ativamente da vida em sociedade. Conforme observado por Garcés (2021), essa forma de educação promove o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional dos indivíduos, preparando-os para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Nesse contexto, projetos como “EDUCAÇÃO DA CIDADANIA COMO MECANISMO DE (RE) CONSTRUÇÃO DE VALORES ÉTICOS E EMPODERAMENTO

DAS MULHERES AMAZÔNIDA” são fundamentais para efetivar um processo educativo, envolvendo a participação da comunidade o que permite a reflexão crítica sobre a realidade, especialmente no contexto amazônico.

Ademais, apesar do avanço das mulheres nas mais diversas áreas do conhecimento, apenas 30% dos cientistas são mulheres, segundo dados mundiais de 2020 fornecidos pela UNESCO. No Brasil, as mulheres pesquisadoras representam 40,3%. Um grande desafio na nossa sociedade é a paridade de gênero. Portanto, promover uma educação voltada para paridade de gênero possibilitará a participação de mulheres e meninas na ciência, respeitando suas habilidades e competências e valorizando seu potencial.

Dito isto, o avanço de novos tempos só será possível ser alcançado por meio de uma educação de qualidade e paridade de gênero. Portanto, podemos entender que, independentemente de raça, classe social, gênero, orientação sexual, idade ou deficiência, uma educação de qualidade, acessível e ao longo da vida deve ser oferecida a todos. Entendemos que a educação é parte fundamental da busca por um mundo mais justo, assim como os esforços para reverter à desigualdade de gênero, às mudanças climáticas e os danos ambientais já causados, com o objetivo de desenvolver uma vida mais sustentável e igualitária.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO BRASIL

Sobre o processo de cidadania brasileira, em quase 400 anos de escravidão no processo de formação da sociedade nacional, deixou uma marca indelével até hoje. Antes desse ambiente, da Constituição de direitos excludentes, a instauração da República Brasileira reproduzia a lógica baseada na sociabilidade desigual, tanto em termos de acesso a participação política, seja sobre raça, gênero e renda, que é um processo amplamente reconhecido por diferentes grupos sociais (Silva; Pereira, 2016).

No Brasil, diferentemente dos países do centro do capitalismo, eles primeiro instituíram os direitos sociais em ambientes autoritários (década de 1930) e então a política e os direitos civis vieram depois, sempre em risco por causa da possibilidade de desmoronar a democracia. Nas décadas seguintes, e mais importantes ainda, durante as ditaduras militares (1964 – 1985) os direitos sociais foram quase sempre utilizados como atenuantes a limitação dos direitos políticos e civis, estes dois últimos coibidos em favor de se manter a ordem social e o progresso material (Silva; Pereira, 2016).

De acordo com a Constituição Federal, artigo 205, a educação está diretamente relacionada à cidadania e é um direito fundamental cuja responsabilidade é compartilhada entre o Estado, a família e a sociedade: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Posto isto, o trabalho de práticas de cidadania, permite orientações relevantes que norteiam o conhecimento abordado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também define como objetivo de ensino as práticas pedagógicas que incluam a preparação básica para o trabalho e a cidadania, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.

O resultado de uma pesquisa inédita realizada pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO) em colaboração com o Datafolha em 2017 identificou que para os jovens entrevistados entre 14 e 24 anos, a sociedade brasileira é pouco ou nada ética.

No ensino superior - dentre os objetivos do projeto de extensão - destaca-se a necessidade de reconhecer que a extensão universitária é um processo acadêmico e efetivo, que depende de necessidades reais e é parte integrante da formação do aluno, qualificação

docente e comunicação com a sociedade. Essa também é a preocupação da UNIFESSPA, está no art. 63 §2º do Regulamento de Graduação (2014).

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014/2019 (propôs que a graduação fomenta a integração da pesquisa, a extensão e a relação entre teoria e prática, destacando o processo de aprendizagem em que docentes e discentes se responsabilizam mutuamente na condução do ensino e da aprendizagem. De modo que, entendemos que a qualidade do ensino se relaciona de forma direta com a sociedade que queremos construir e com os projetos das escolas. Pois estas, estão diretamente envolvidas com a comunidade e os projetos que implementam podem e devem trazer respostas concretas aos problemas desta sociedade.

Deste modo, este projeto também visa à integração com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU, especificadamente com a ODS 4 – educação de qualidade por meio da sua meta 4.7:

“Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”.

Assim, como também assume o compromisso de garantir a plena participação das mulheres, emponderando-as com oportunidades de liderança e engajamento na pesquisa científica, desde o seu planejamento do projeto até a execução das ações a serem desenvolvidas, por meio das oficinas a serem ministradas e alinhando-se ao ODS 5 - Igualdade de Gênero - Alcançar à igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, por meio da meta das Nações Unidas 5.5 e 5.b:

3 JUSTIFICATIVA

A justificativa para o desenvolvimento deste projeto de extensão está baseada na importância da educação para a promoção da cidadania, como previsto na Constituição Federal e na LDB. A educação, sendo um direito essencial, é fundamental para o desenvolvimento individual e o exercício da cidadania. Além disso, uma pesquisa de 2017 realizada pelo ETCO e Datafolha mostrou a percepção negativa sobre a ética na sociedade brasileira, especialmente entre jovens, reforçando a necessidade de projetos que promovam a conscientização ética.

O projeto também está alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, especialmente o ODS 4 (educação de qualidade) e o ODS 5 (igualdade de gênero), e visa capacitar gestores e a sociedade para o exercício consciente dos direitos e deveres, com foco na inclusão de mulheres amazônidas na liderança e produção científica.

Integrando ensino, pesquisa e extensão, conforme o PDI da UNIFESSPA, o projeto contribui para a formação integral dos discentes e fortalece a relação entre a universidade e a comunidade, promovendo práticas de cidadania, construção de valores éticos e capacitação de mulheres para liderar na sociedade.

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O Projeto de extensão deu início a suas atividades no dia 26 de abril de 2023, com uma reunião entre a coordenação do projeto e discentes dos cursos de administração e ciências contábeis que fazem parte da equipe de organização – previamente selecionados a partir de

chamada para credenciamento de interesse – e a professora coordenadora do projeto para discutir o cronograma das atividades relacionadas ao projeto, no ano de 2023. Após, isso, equipes foram divididas para que planejassem as palestras que seriam ministradas por meio remoto, sobre temas relacionados a educação da cidadania. As equipes se reuniam quinzenalmente para discutir sobre as formas de divulgação, em escolas públicas, nas redes sociais, de uma forma que fosse fácil compreensão e de maneira inclusiva.

A primeira palestra foi direcionada para agentes públicos do município de Abel Figueiredo, discentes da UNIFESSPA e sociedade em geral, em que foi abordado o tema: “Ética e Cidadania”, ministrado pela Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado do Pará-TCE-PA. A apresentação oral foi realizada pela sala virtual do Google/meet, e contou com a participação de cerca de trinta participantes, com auxílio dos discentes e técnico da UNIFESSPA para garantirem o engajamento na sala de aula virtual. Após ministrar a palestra, foi aberto um espaço para debate e falas dos presentes.

A segunda palestra abordou o tema: “Participação Cidadã e Controle Social”. Foi ministrado pela Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás-TCM-GO. A apresentação iniciou com uma breve explanação sobre o institucionalismo, seguida de fatores que os cidadãos podem utilizar para fazer o controle social, em seguida todos os presentes puderam expor fatos de seu cotidiando que se depararam com situações em que faziam o controle social. Um momento muito esclarecedor das obrigações e deveres da sociedade enquanto agente de transformação social. No final, os participantes demonstraram interesse, o que desencadeou um maior engajamento e participação.

A terceira palestra segue com direcionamento para agentes públicos do município de Abel Figueiredo, discentes da UNIFESSPA e sociedade em geral, e foi abordado o tema: “Direitos Humanos e Igualdade de Gênero”. Uma das temáticas que mais gerou discussões e dúvidas também, mas que foi tratada com leveza ao utilizar uma linguagem que contribuiu para gerar um bom debate. Na oportunidade, estavam presentes professores da UNIFESSPA que foram mediadores do diálogo após palestra, e puderam direcionar as questões a palestrante a medida que a comunidade presente se pronunciava.

A última palestra proferida no ano de 2023 abordou o tema: “Direito de Acesso à Informação”, ministrado pela Mediadora e Conciliadora do Tribunal de Justiça do Estado do Pará-TJPA. A apresentação iniciou com abordagens teóricas sobre os canais de acesso a informação, logo após foram visitados sites de órgãos públicos oficiais para demonstração de como o cidadão poderia acessar para obter informações. No momento reservado ao debate, foi destacado o uso de canais de acesso a informações que são poucos utilizados pela população em geral – como é o caso da ouvidoria. Demonstrado assim, a importância do diálogo proferido a partir desse projeto de extensão. Uma vez que os órgãos públicos são obrigados por lei a disponibilizarem desses canais, mas a maioria dos cidadãos pouco fazem uso e sequer desconhecem sua utilidade. A linguagem empregada foi de acordo ao público alvo, permitindo assim uma melhor compreensão do assunto proposto e melhor eficácia do nosso objetivo.

É fundamental destacar que as palestrantes que lideraram as discussões das temáticas deste projeto de extensão foram mulheres, o que foi uma escolha estratégica para garantir um dos objetivos centrais do projeto: introduzir e fortalecer a presença feminina em posições de destaque e liderança. Esse enfoque foi particularmente importante para evidenciar o protagonismo da mulher amazônica, que, historicamente, enfrenta múltiplas barreiras para ocupar espaços de poder e decisão. Ao colocar mulheres à frente das palestras e debates, o projeto não apenas promoveu a igualdade de gênero, mas também ofereceu exemplos concretos de liderança feminina para inspirar e empoderar outras mulheres na região. Esse protagonismo é fundamental para transformar realidades e assegurar que as vozes femininas sejam ouvidas e valorizadas em todas as esferas da sociedade, especialmente na Amazônia, onde as questões de gênero são frequentemente intensificadas por desafios socioeconômicos e culturais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto de Extensão revelou-se altamente enriquecedor para nossa formação acadêmica, uma vez que proporcionou a conscientização e fomentou nosso interesse por uma variedade de temas frequentemente negligenciados em sala de aula, mas de extrema importância para a formação do cidadão. Além disso, ofereceu conhecimento técnico e científico, empregando uma linguagem harmoniosa e acessível ao público-alvo, e fornecendo esclarecimentos sobre dúvidas comuns e exemplos práticos de aplicação.

A extensão universitária é percebida como uma oportunidade para abrir novos caminhos em prol da mudança social, facilitando o intercâmbio entre o conhecimento científico adquirido nas instituições de ensino e o conhecimento popular já presente na comunidade. Dessa forma, a educação emerge como uma alternativa essencial e viável no processo de transformação da sociedade. A decisão de conduzir as palestras online foi motivada pelos numerosos desafios geográficos enfrentados na região amazônica, permitindo a integração do conhecimento de diversos atores envolvidos no processo educativo.

A questão da hegemonia feminina foi frequentemente abordada nas discussões, destacando a importância de dar visibilidade a tantas mulheres em posições de destaque, evidenciando sua força e conhecimento. Isso contribuiu para esclarecer nosso papel como cidadãos na sociedade, com a participação direta da população e dos agentes formadores de opinião e mudança.

O projeto "Educação da Cidadania como Mecanismo de (Re)Construção de Valores Éticos e Empoderamento das Mulheres Amazônicas" tornou-se um recurso essencial e de grande significado em nossas vidas, permitindo que levássemos conosco aprendizados e informações compartilhados nos ambientes de discussão online, podendo agora também servir como fontes de informação para familiares e colegas.

Foi possível observar que o projeto proporcionou conhecimento prático e teórico a todos os participantes, ampliando nossas perspectivas e capacitando-nos a identificar possíveis mudanças nos ambientes em que vivemos, além de oferecer uma maneira de agir ativamente para exercer a cidadania.

Por meio desse projeto de extensão, reconhecemos a importância de uma relação harmoniosa entre a promoção da educação cidadã e o compromisso assumido por parte dos professores e agentes públicos, apresentando dados científicos aliados à informação para a população. Participar de um projeto comprometido com a comunidade é um privilégio e contribui significativamente para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional. Uma limitação observada foi o acesso à internet, ainda restrito em muitas áreas da região amazônica.

A realização desse projeto oferece diversas contribuições significativas para o avanço da sociedade e o desenvolvimento de todos nós. Em primeiro lugar, promove-se a conscientização e a educação sobre questões fundamentais para a comunidade, como cidadania, ética e direitos humanos, capacitando-nos com conhecimentos relevantes para nossas vidas e para o contexto em que vivemos.

Além disso, ao abordar temas como a hegemonia feminina e o empoderamento das mulheres amazônicas, o projeto contribui para a promoção da igualdade de gênero e fortalece o papel das mulheres como agentes de mudança em suas comunidades. Um aspecto importante é o incentivo ao engajamento cívico de todos nós, encorajando-nos a nos tornarmos cidadãos ativos e responsáveis, dispostos a participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

O projeto também facilita a integração de conhecimentos, promovendo o intercâmbio entre a academia e a comunidade, e consolidando a união entre o conhecimento científico e técnico com as necessidades locais e o saber popular. Além disso, oferece uma oportunidade valiosa para o desenvolvimento de habilidades práticas, como comunicação, liderança, trabalho

em equipe e resolução de problemas, fundamentais tanto para o sucesso acadêmico quanto para a atuação profissional de cada um de nós.

Em última análise, o projeto tem o potencial de gerar um impacto social positivo, contribuindo para a construção de uma comunidade mais consciente, justa e comprometida com o bem-estar coletivo. Por ser um processo de (re) construção contínua e permanente a educação da cidadania para construção de valores éticos requer uma avaliação por etapas. A avaliação das atividades se deu por meio de aplicação de questionário para mensurar o nível de conhecimento antes e após a realização das ações.

Para outras etapas do projeto pretende-se que o processo de aprendizagem social seja concretizado, ou seja, aos membros do projeto e comunidade em geral será verificada por meio de adesão participativa a apropriação reflexiva da ação, envolvendo a participação da sociedade e toda a equipe executora.

Este projeto de extensão, apesar de bem estruturado, enfrentou algumas limitações, como a dificuldade em atrair um público mais amplo e a eficácia das estratégias de divulgação. A dependência de plataformas como o Google Meet, por exemplo, pode ter restringido a participação de indivíduos com acesso limitado à internet ou com pouca familiaridade com ferramentas digitais. Além disso, a falta de financiamento impediu a expansão do projeto. Para superar essas limitações, recomendou-se a diversificação das plataformas de divulgação e realização das palestras, incluindo alternativas como Zoom, YouTube e parcerias com mídias locais, além da oferta de versões presenciais e materiais impressos, visando alcançar um público mais amplo e inclusivo. A criação de workshops práticos, sessões de perguntas e respostas mais interativas e fóruns de discussão online também teria aprofundado o engajamento e a compreensão dos participantes. Finalmente, a implementação de um sistema de feedback contínuo e a busca por parcerias com ONGs e outras instituições poderiam ter contribuído para ampliar o impacto e a eficácia do projeto, bem como atrair novas fontes de financiamento.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Filipe Jorge Ribeiro de. Ética e desempenho social das organizações: um modelo teórico de análise dos fatores culturais e contextuais. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 11, n. 3, p. 105-125, 2007.
- BRASIL. Senado Federal. Constituição Federal de 1988. Disponível em: Acesso em 10 ago. 2022.
- DOMINGOS ALMEIDA, C.; BARROS DE OLIVEIRA, S.; CASTRO, V. . EDUCAÇÃO E CIDADANIA: contribuições necessárias para a inserção profissional. *Revista de Estudos Interdisciplinares*, [S. l.], v. 1, n. 3, 2021.
- GARCÉS, V. H. Educação cidadã e convivência democrática. Entre as políticas educacionais, a alfabetização escolar e a aprendizagem na cidade. *Folios*, n. 53, p. 19-30, 2021.
- GROSSI, M. G. R.; LEAL, D. C. C. C. Análise dos objetos de aprendizagem utilizados em curso técnico de meio ambiente a distância. *Ciência & Educação (Bauru)*, v. 26, 2020.
- LAFER, Celso. *A Reconstrução dos Direitos Humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- NETO, Antônio RODRIGUES; NOZU, Washington Cesar Shoit; DOS SANTOS ROCHA, Ana Cláudia. Direito à educação cidadã: reflexões sobre o Programa Escola Sem Partido. *Educação em Revista*, v. 20, p. 83-98, 2019.
- SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Educação e Cidadania: Reflexões sobre um debate contemporâneo. *Gavagai-Revista Interdisciplinar de Humanidades*, v. 3, n. 1, p. 13-27, 2016.